

crítica



Antonio Hohlfeldt

Teatro

a_hohlfeldt@yahoo.com.br

Em memória de Herzog

Em meio a toda a alegria que os eleitores viveram no domingo, 25 de outubro, com a reeleição de Lula e o que se convencionou denominar de vitória da democracia, tive uma única tristeza: neste mesmo dia, há 50 anos, o jornalista Vladimir Herzog era assassinado nos porões da ditadura, pelos policiais do DOPS paulista, no que se tentou fazer passar como um suicídio. Um dos responsáveis por este crime foi o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante das dependências do DOI CODI em que o assassinato do jornalista ocorreu, seguido, logo depois, pelo assassinato do sindicalista Manoel Fiel Filho. Tudo em 1975. Infelizmente, na passagem deste meio século dos crimes, ninguém se lembrou de evocar o nome do jornalista, cuja morte desencadeou a primeira grande onda de resistência contra a ditadura, liderada pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Audálio Dantas, com o apoio do rabino Henry Sobel, da comunidade judaica, e do arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Audálio Dantas negou-se a corroborar a tese do suicídio. O rabino permitiu o enterro de Herzog no cemitério judaico, o que evidenciava que também ali a tese do suicídio era rechaçada. Dom Paulo fez rezar missa de corpo presente na catedral. Assim começava a derrocada da ditadura, porque o General Ernesto Geisel, ditador de plantão, resolveu demitir o chefe do II Exército de São Paulo que, de seu lado, tentou dar um golpe no governo.

Mas o que tem a ver tudo isso com esta coluna sobre teatro? Em primeiro lugar, vivi este tempo, convivi com Audálio Dantas, mas, sobretudo, me envolvi com as consequências do episódio, enquanto jornalista especializado em artes cênicas.

É que a dramaturgia brasileira não calou sobre o crime. O dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, autor, dentre outros, de "Eles não usam black tie", imediatamente escreveu e fez representar a peça "Ponto de partida", que teve trilha sonora de Sérgio Ricardo, que interpretava a canção tema inclusive ao vivo, na boca de cena. Impossibilitado, pela censura, de escrever algo que aludisse diretamente ao caso, Guarnieri escreveu uma fábula que se passa talvez no século XVI, num país ibérico (Portugal?). Don Félix é quem comanda com mão de ferro o reino. Sua filha Maira (significa-

tivamente, nome indígena brasileiro) acaba por enamorar-se de Birdo, um simples Pastor, que termina assassinado pelo mandatário, para terror da esposa do rei, Aida.

A peça realiza uma espécie de paráfrase do crime perpetrado na prisão paulistana. Mas a repressão era tão brutal, que nenhum teatro na cidade aceitou a montagem, que acabou estreando no Teatro TAIB, da comunidade israelita, com produção de Othon Bastos e direção de Fernando Peixoto. Passava-se quase que por uma investigação de antecedentes para se conseguir chegar à sala, tais os cuidados com a repressão. Assisti ao espetáculo, naquela ocasião, e sobre ele escrevi, então, no Correo do Povo, onde trabalhava.

Um ano depois, fui convidado a integrar o júri do Concurso Nacional de Dramaturgia que o SNT - Serviço Nacional de Teatro, promovia. Entre outros, no júri, o mesmo Fernando Peixoto, ator e diretor gaúcho. A peça vencedora chamava-se "Patética", assinada por João Ribeiro Chaves Netto, que se soube depois, era genro de Herzog. A peça denunciava o crime contra o jornalista. Revelado o vencedor, o SNT avisou que as autoridades militares não permitiam este resultado. O júri não abriu mão de sua decisão; Orlando Miranda, então diretor do SNT, pediu tempo, e se iniciou negociação de quase um ano até que fôssemos chamados para uma reunião no Rio de Janeiro, com risco de sairmos presos, se mantivéssemos nossa decisão.

A decisão foi mantida, a peça acabou sendo reconhecida, mas proibida de ser encenada. Imediatamente a editora Civilização Brasileira publicou o texto que, em 1977, foi encenada por Celso Nunes, no Teatro Flávio Império. Era uma peça dentro de uma peça, ocorrendo sua ação num picadeiro de circo prestes a encerrar suas atividades. Assisti à peça em São Paulo. Aqui em Porto Alegre, ela foi trazida por Dilmar Messias, e cumpriu temporada no Teatro Presidente.

Que fique o registro; se festejamos a democracia, devemos a Herzog esta conquista. A dramaturgia soube valorizar e guardar a memória de tal episódio dos porões da ditadura, a mesma que a família Bolsonaro teima em dizer que não existiu e sobre a qual Flávio Bolsonaro, especialmente, parece tripudiar, quando homenageia a figura do torturador que foi Ustra.

acontece



FERNANDO YOUNG/DIVULGAÇÃO/JC

Espectáculo foi marcado por descumprimento ao que determina a legislação

Após vaias a Marco Nanini, o que diz a lei sobre inclusão na cultura?

Andressa Pufal

No dia 18 de outubro, o ator Marco Nanini foi vaiado na apresentação da peça Fim de Partida, no Teatro Simões Lopes Neto, em Porto Alegre. As vaias ocorreram após o ator interromper a apresentação do espetáculo para reclamar das sombras da intérprete de Libras que incidiam sobre o palco. As cortinas foram fechadas por cerca de 20 minutos para que a produção tentasse resolver o problema. Com a impossibilidade de resolução, a profissional foi dispensada pela produção e a peça continuou sem o recurso de acessibilidade. Na reabertura das cortinas, vaias tomaram conta do teatro.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência há 11 anos visa assegurar condições de igualdade, os direitos e a inclusão deste grupo. No capítulo IX (arts. 42 a 45), o texto trata especificamente do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer. Em seu artigo 42, a lei estabelece que "a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas". E que a elas é obrigatória a oferta em formato acessível de "programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais". O parágrafo primeiro do artigo ainda diz que "é vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento".

Em 2009, a Lei Nº 13.320 consolidou a legislação relativa à pessoa com deficiência no Rio Grande do Sul, que busca para esta parcela da população a efetiva participação na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Diz ela, no terceiro parágrafo do Artigo 3º, que a proteção dos direitos deste grupo abrange a "promoção de políticas e programas de assistência social que eliminem a discriminação e garantam o direito à proteção especial e à plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais, culturais e esportivas do Estado".

Para a pesquisadora e professora de comunicação e acessibilidade da Ufrgs, Ana Cristina Cypriano, o episódio ocorrido mostra que a lei não está encontrando na vida real as condições para a sua execução. "O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem 11 anos e a gente ainda normaliza - no caso, um ator ainda normaliza - negar o acesso de um grupo minoritário à cultura", lamenta. "Como é que tu pode proibir o acesso a todos os surdos? Se substituíssemos as pessoas surdas por qualquer outra minoria política, isto seria impensável."

A Fundação Theatro São Pedro declarou que lamenta o ocorrido, principalmente "os prejuízos causados à comunidade surda presente". A nota diz que a equipe do Multipalco atuou buscando alternativas técnicas para tentar solucionar o problema, mas que "não foi possível encontrar uma solução que contemplasse todas as necessidades envolvidas naquele momento".

Também em nota a produtora do espetáculo, Pequena Central, reconheceu que foi uma falha que o problema não tenha sido detectado anteriormente e assumiu a responsabilidade sobre o ocorrido. "Reconhecemos que a produção falhou ao não verificar e garantir previamente as condições técnicas necessárias à realização da sessão com interpretação em Libras neste teatro. Assumimos inteira responsabilidade por essa falha e por suas consequências."

Em nota, Marco Nanini se desculpou reconhecendo que a situação deveria ter sido conduzida de forma mais sensível e que intenção nunca foi excluir do espetáculo a comunidade surda. Mas que a montagem é "extremamente minuciosa" e que o jogo de luz e sombra é importante para a narrativa.